

ANEXO nº 3

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2015.

Assunto: Pauta de Reivindicações Específicas

A Seção Sindical do Sindsep-DF na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vem por meio deste apresentar a pauta de reivindicações específicas dos servidores públicos federais desse órgão:

- 1. Fortalecimento da FUNAI e valorização de seus servidores;
- 2. Plano de Carreira Indigenista (PCI) como carreira de estado com inclusão de todos os servidores do quadro da FUNAI;
- 3. Pagamento imediato da GAPIN aos aposentados nos termos das normas legais, bem como o pagamento das diferenças devidas;
- 4. Exigir respeito à norma legal que estabelece as cotas de nomeação dos servidores do quadro da FUNAI para cargos comissionados no órgão;
- 5. Implementar medidas administrativas no sentido de lotar os Auxiliares Indigenistas nas bases físicas das Frentes Etnoambientais, dotadas de infraestrutura adequada e de demais condições de trabalho:
- 6. Exigir o fim do assédio moral na FUNAI, principalmente como forma de retaliação aos líderes do movimento dos servidores, bem como lutar pela extinção do processo persecutório que utiliza os Processos Administrativos Disciplinares (PAD's) de forma indiscriminada contra os servidores e não apura responsabilidades de dirigentes mesmo quando denunciados;
- 7. Capacitação permanente e continuada dos servidores da FUNAI visando a eficiência operacional do órgão e a adequada realização de suas atividades indigenistas. Garantir a participação dos servidores do quadro e suas entidades na elaboração e definição de uma política de recursos humanos, capacitação e treinamento, clara e atual;
- 8. Abertura imediata de concurso público para preenchimento de vagas na FUNAI para dotar o órgão indigenista de profissionais habilitados e combater a precarização do trabalho no órgão aprofundada pela terceirização, consultorias e contratos temporários para a realização de atividades exclusivas de estado;



- Construção imediata da Sede da FUNAI em Brasília e rompimento com o atual contrato de valor vultoso, considerando que a maioria das Coordenações Regionais (CR's) e Coordenações Técnicas Locais (CTL's) não possuem instalações adequadas;
- 10. Participação dos representantes dos servidores da FUNAI, livremente eleitos em suas assembleias na Conferência Nacional de Política Indigenista;
- 11. Fazer ajustes nos Decretos de Reestruturação da FUNAI considerando a realidade indígena, principalmente no que diz respeito ao distanciamento da FUNAI das Terras Indígenas (CTL's) e suas consequências nefastas a integridade dos territórios dos povos indígenas;
- 12. Adotar critérios claros de remoção dos servidores da FUNAI. Elaboração dos critérios com participação dos representantes dos servidores e a adequada divulgação e publicisação dos mesmos;
- 13. Ampliar a participação de servidores do quadro da FUNAI e de suas entidades representativas na elaboração de políticas públicas (elaboração) e exigir avaliações críticas de ações e atividades decorrentes da implantação de políticas públicas, junto às comunidades indígenas;
- 14. Combater a transferência de competências exclusivas da FUNAI através de convênios e Acordos de Cooperação Técnica realizados com entidades privadas com o objetivo de substituir ações do órgão indigenista. Dotar as unidades regionais (CR's) e locais (CTL's) da FUNAI de infraestrutura e demais condições de trabalho;
- 15. Considerar as decisões dos povos indígenas e os pareceres técnicos dos servidores da FUNAI no Licenciamento Ambiental;
- 16. Regulamentação do Poder de Polícia da FUNAI;
- 17. Articular iniciativas do órgão indigenista com o movimento indígena e as entidades representativas dos servidores pela revogação da Portaria AGU 303 e contra a PEC 215 e outros projetos do legislativo que atacam os direitos indígenas e as prerrogativas da FUNAI;
- 18. A imediata demarcação de todas as Terras Indígenas;
- 19. Pela manutenção do atual texto do Decreto 1.775/96 (fixa os critérios de demarcação das Terras Indígenas);
- 20. Pela revogação imediata da Medida Provisória nº 664 que altera a Lei 8.112/90, retirando direitos dos servidores públicos.